

HDES: PSD/Açores satisfeito com “rápida conclusão” do hospital modular

A deputada do PSD/Açores Délia Melo manifestou-se satisfeita com a “rápida conclusão” da estrutura do hospital modular que, a partir de hoje, entra em funcionamento junto ao Hospital Divino Espírito Santo (HDES), em Ponta Delgada.

A vice-presidente do grupo parlamentar do PSD/Açores falava à comunicação social, no final da visita à unidade modular do Hospital Divino Espírito Santo, concluída em 39 dias de obra, após o incêndio de 4 de Maio no HDES.

Délia Melo disse aos jornalistas que o partido está satisfeito com a nova estrutura de apoio, notando que se verifica “um trabalho hercúleo de todos os profissionais envolvidos em conseguir apresentar uma resposta num prazo de quatro meses”.

A parlamentar social-democrata realça tratar-se de um espaço que corresponde aos requisitos da direcção técnica do HDES, que procedeu a um levantamento das necessidades junto dos profissionais de saúde, tendo em conta o funcionamento dos serviços junto dos utentes.

A vice-presidente do grupo parlamentar social-democrata admite que “há ainda trabalho a fazer e está a ser feito”, sublinhando que a obra realizada já permite dar resposta às necessidades mais prementes, “em tão curto espaço temporal”.

A deputada do PSD/Açores sa-



lientou que “ficou comprovado que os prazos estão a ser integralmente cumpridos, o que desmente as

acusações infundadas do PS e BE”, tendo também lembrando que, logo no início do processo, o Governo da

Coligação (PSD, CDS-PP e PPM) comprometeu-se a “abrir o Serviço de Urgência de forma faseada”.

Certo é que, tanto o PS como o BE, lembrou a social-democrata, “não compareceram na apresentação do projecto, nem se inteiraram da informação, mas agora vêm fazer críticas sem fundamento”.

A deputada eleita por São Miguel saudou, por seu turno, “a atenção especial de o edifício se situar junto do edifício mãe do HDES, que era uma das preocupações, que passava por concentrar os serviços na mesma área”, acrescentando que “a estrutura modular permite adaptações consoante a procura”.

Ainda de acordo com Délia Melo, posteriormente, aquando da intervenção de fundo no edifício principal, a estrutura tem capacidade para acolher as diversas áreas hospitalares, garantindo os cuidados de saúde que se impõem mediante as etapas da respectiva construção.

Isto é, prossegue a social-democrata, “o hospital modular servirá também de apoio à concretização dos três R’s: reparar, reorganizar e redimensionar”.

O Serviço de Urgência do Hospital Divino Espírito Santo que se encontra em funcionamento no Centro de Saúde da Ribeira Grande será transferido para a nova unidade, a partir das 16H00 de amanhã.

CHEGA: 74% dos beneficiários do RSI em idade laboral não estão inscritos no Centro de Emprego

Mais de metade dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) na Região não estão inscritos nos Centros de Emprego, logo não têm intenções de trabalhar. Os dados constam de uma resposta do Governo Regional a um requerimento do CHEGA, que quis saber quantos Açorianos que recebem o RSI estão inscritos nos centros de emprego.

A 6 de Agosto de 2024 existiam na Região 7.204 beneficiários do Rendimento Social de Inserção, e, destes, apenas 1.130 estavam inscritos nos centros de emprego dos Açores. Fazendo as contas, retirando os beneficiários com menos de 18 anos e com mais de 65 anos, 74% dos beneficiários do RSI em idade laboral não estão inscritos nos centros de emprego, para procura activa de trabalho.

De acordo com os dados do Governo Regional, em 2023, os idosos com mais de 65 anos que beneficiam do RSI são apenas 2% do total de beneficiários, enquanto os jovens com menos de 18 anos, representam 36% dos beneficiários.

Ainda na resposta ao CHEGA, o Governo Regional dá conta que, entre Janeiro e Junho de 2024, houve 21 beneficiários do RSI que recusaram medidas no âmbito do emprego e formação profissional, o que resultou na

suspensão/cessação da prestação social.

Para o líder parlamentar do CHEGA, José Pacheco, “isto tem de acabar! Não podemos continuar a sustentar estas pessoas que realmente não querem trabalhar. São pessoas em idade laboral, que podiam estar a contribuir para a sociedade, mas vivem às custas do RSI e não têm nenhuma intenção de procurar emprego. Estes números são a prova disso”.

Além disso, o facto de 21 beneficiários do RSI se terem recusado a aceitar propostas de emprego ou de formação profissional “dá-nos um sinal claro de que são pessoas que estão confortavelmente nas suas casas e não estão interessadas em trabalhar. Têm o seu rendimento no final do mês, depois também têm outras ajudas, na renda, na luz, na água, e não se querem sujeitar às regras do mercado do trabalho”, reforça José Pacheco.

Relativamente aos menores de 18 anos, que recebem o RSI, “não nos podemos esquecer que são os pais que fazem a gestão do dinheiro dessas crianças”, o que na prática significa que “são os pais que gastam esse dinheiro. Alguns até podem estar preocupados com o bem-estar das crianças, mas sabemos que muitos não é assim”, reforçou o líder parlamentar do CHEGA.

